



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO ÀS CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS
CÂMARA SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DE EQUIDEOCULTURA**

MEMÓRIA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 20/02/2024

HORÁRIO: 14:00 às 17:30.

PRESENCIAL: Sala de reuniões das Câmaras, sala 007, Ed. Sede MAPA. Brasília/DF.

Reunião híbrida: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZDU5NGI5MzEtZTQwOC00N2YwLWFLOGQtYjliNGFkN2Y0NGQ5%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%229367b38e-17eb-4358-a665-5ca5bdfaf0c2%22%2c%22Oid%22%3a%22ccf68457-ab09-4379-9168-1aeb774b1fdc%22%7d

PAUTA DA REUNIÃO

- 1. Abertura - Presidente. (14:00 – 14:05 - 5 min).**
- 2. Avisos da Secretaria - aprovação da memória da 53ª Reunião Ordinária. (14:05 – 14:10 - 5 min).**
- 3. Atualização do status da condição do Mormo no Brasil e Discussão acerca de futuras prioridades do PNSE. (14:10 – 15:10)**

Convocação de Equipe PNSE (Dr. BRUNO GUIMARÃES), Coordenadora (Dra. PAOLA FRASSINETTI NUNES MACHADO DE OLIVEIRA) e Diretor da DSA (Dr. MARCELO DE ANDRADE MOTA)

- 3.1. Discussão acerca de futuras prioridades do PNSE.**
- 3.2. Atualização do status da condição do Mormo no Brasil.**
 - 3.2.1. Definição de estratégias futuras**
 - 3.2.2. Status de Mormo e Discussão acerca de novas informações**
- 3.3. Discussão acerca de futuras prioridades do PNSE.**
 - 3.3.1. Programa de Identificação Única de Equídeos e de Emissão de Passaportes para aumento de entidades que possam emitir passaportes no Protocolo Cavalos High Health High Performance**
 - 3.3.2. Status do Protocolo Cavalos High Health High Performance Mercosul + Comunidade Andina + Chile**
 - 3.3.3. Outros protocolos sanitários**
- 3.4. Apresentação de proposta para desenvolvimento de troca de conhecimento científico entre Portugal e Brasil no desenvolvimento de políticas sanitárias e de identificação – Nuno Eusébio**
 - 3.4.1. Proposta de projeto piloto de emissão de passaporte conjunto entre Brasil e Portugal no sistema UELN (podendo ser projeto piloto essa emissão pela ABPSL de forma autorizada pelo Ministério da Agricultura de Portugal, servindo esse documento como passaporte internacional único do indivíduo).**
 - 3.4.2. Proposta de que o Presidente da Câmara Setorial de Equideocultura possa apoiar o desenvolvimento de políticas conjuntas para Equídeos e para outras espécies no sentido de buscar quais os temas de interesse do Brasil e quais os temas de interesse de Portugal.**

3.4.3. Portugal propõe que um dia da Feira Nacional de Agricultura de Portugal (que ocorre de 07 a 15 de junho) seja dedicado ao Brasil e para dever-se-á desenvolver protocolos de entendimento para assinatura nessa data com presença de autoridades de ambos os países. Devemos descrever temas de interesse do Brasil para apresentar a Portugal. Por exemplo, exportação de material genético para Portugal e Europa, apoio na identificação única de animais (que Portugal se dispôs a apoiar no UELN). Portugal já demonstrou interesse de obter capacitação técnica e acadêmica em tecnologias de reprodução.

4. Informações relativas ao Grupo de Trabalho Importação / Exportação (15:10 – 15:40)

- 4.1.** Apresentação dos trabalhos do GT de Importação / Exportação - **Dr. Fabrício Buffalo**
- 4.2. Discussão acerca de impostos diferenciados na importação de animais de diferentes raças e outras discussões tributárias.**

4.2.1. Por exemplo, custo sobre éguas dos EUA na faixa de 43%. Buscar reduzir para 15 a 18% esses impostos. Mostrando as necessidades genéticas, melhorias nos plantéis - **Dr. Fabrício Buffalo, Allan Guerra - ABCR - Associação Brasileira da Cancha Reta**

4.2.2. Apresentação de diferenças de tributação ICMS entre equídeos e bovídeos registrados – **Nuno Eusébio**

4.2.3. Definição de Tarefas do Grupo de Trabalho.

4.3. Formalização do pedido de interesse de exportação de asininos para a União Europeia. Brasil tem a autorização de exportação apenas de cavalos registrados e o pedido é que passe a ser autorizada a exportação de todos os equídeos (equinos e asininos), tornando a condição igual à Argentina e Uruguai, por exemplo.

5. Discussão acerca da Regulamentação da Lei nº 15.021/2024 e da Lei nº 14.515/2022 (com base no PL 5010/2013) (15:40 – 16:00)

- 5.1.** Apresentação dos andamentos feitos – **Dra. Kalinka Koza (CNA) e Dra. Cristiana Gutierrez (Presidente Comissão Nacional Equideocultura - CNA / ABCCMM)**
- 5.2.** Apresentação do Grupo de Trabalho e dos trabalhos executados
- 5.3.** Apresentação da Revisão do Decreto-Lei, das Portarias e/ou das Instruções Normativas

6. Boas práticas e Antidoping (16:00 - 17:00)

Convocação da Dra. Lizzie Buss

Convocação da Dra. Valéria Homem (Presidente do Fórum Técnico de Bem-Estar Animal – FTBEA)

6.1. Apresentação dos Andamentos do Processo de Boas Práticas e Antidoping a ser coordenado pelo Ministério da Agricultura - **Dr. Carlos Nogueira**

6.2. Discussão acerca integração de trabalhos entre SDI e SDA para desenvolvimento das normativas, regulamentos e portarias para o Bem-Estar das competições equestres de forma a entender o Decreto nº 9975, Lei nº 10.519 e demais regulamentos para as demais modalidades equestres – **Dr. Carlos Nogueira e Dr. César**

6.3. Definição em conjunto com a Dra. Lizzie Buss das tratativas que deverão ser operacionalizadas pela Câmara Setorial de Equideocultura, IBEqui e pelo Ministério da Agricultura

7. Apresentação de minuta de ofício CCCCN para validação e comentários adicionais (17:00 – 17:15)

8. Outros assuntos

9. Encerramento (17:15 – 17:30).

OBSERVAÇÕES E INFORMAÇÕES RELEVANTES DA SECRETARIA DA CÂMARA

A reunião teve início com a abertura feita pelo presidente da Câmara Setorial de Equideocultura, Dr. Nuno Eusébio, que deu boas-vindas aos participantes e destacou a importância do encontro para direcionar os trabalhos do setor. Ele ressaltou a necessidade de definir metodologias para futuras reuniões e grupos de trabalho, além de estabelecer prazos para o desenvolvimento das tarefas.

Nos avisos da secretaria informa-se que a memória da 53ª Reunião Ordinária (RO), realizada em 02/12/2024, foi passada a todos os membros via grupo de watts app e aprovada nesta 54ª RO por

unanimidade. Foram repassadas as datas das próximas reuniões: 55ª (09/04/2025), 56ª (11/06/2025), 57ª (21/08/2025) e 58ª (13/11/2025). Destacou-se a importância da participação ativa das entidades para garantir legitimidade às decisões do setor.

Item 3 da pauta - Status da condição do Mormo no Brasil e Discussão acerca de futuras prioridades do PNSE (Programa Nacional de Sanidade Equídea).

Neste item foi feita uma apresentação pelo Dr. Bruno Guimarães (Chefe da Divisão de Sanidade dos Equídeos - DISE/SDA) e pela Dra. Paola Frassinetti Nunes Machado de Oliveira (Coordenação -Geral de Programas Sanitários - CGPS). Foi feita a atualização sobre casos de Mormo registrados em 2024. Foi discutida a questão da implantação do protocolo REAP no Mercosul e Comunidade Andina.

O Dr. Bruno Raphael Ribeiro Guimarães apresentou um panorama do mormo no Brasil, informando que, em 2024, foram registrados nove casos, concentrados na região Nordeste. Ele destacou a importância do aprimoramento dos métodos diagnósticos e da criação de compartimentos e zonas livres de mormo para facilitar a abertura de mercados internacionais. Segundo ele, a implementação dessas zonas livres será fundamental para a exportação e trará maior segurança sanitária ao país.

O chefe da Divisão de Sanidade dos Equídeos também abordou a implantação do protocolo REAP/HHP (Reconhecimento Equino de Alta Performance) no Mercosul e Comunidade Andina, que visa padronizar os requisitos sanitários para o trânsito internacional de cavalos atletas. Ele ressaltou a necessidade de regulamentação interna para viabilizar o protocolo e sua expansão para outras raças além dos cavalos com registro na Federacion Ecuestre Internacional (FEI) ou na Federación Internacional de Autoridades Hípicas (IFHA) do puro-sangue de corrida. Além disso, destacou que a implementação desse protocolo exigirá a adaptação da legislação e a capacitação de veterinários para garantir a conformidade com os padrões internacionais.

O Protocolo REAP (Rational Equine Athlete Protocol) ou HHP (High-Health, High Performance) é um conjunto de diretrizes sanitárias desenvolvidas para facilitar o trânsito internacional de equinos atletas dentro do Mercosul e da Comunidade Andina. Ele segue os princípios da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA, antiga OIE) e é voltado para equinos de alta performance, como os que participam de competições equestres internacionais. A ideia é que o protocolo seja aceito por países-membros do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai) e da Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru), permitindo um trânsito harmonizado entre esses países, sem as barreiras sanitárias tradicionais aplicadas aos equinos comuns. O objetivo da Câmara Setorial de Equideocultura é ampliar o reconhecimento do Protocolo REAP, tornando-o um modelo sanitário oficial.

O consultor da câmara setorial de Equideocultura, Dr. Carlos Nogueira, destacou que a implementação do Reconhecimento Equino de Alta Performance (REAP) precisa ser acompanhada de perto por um grupo de trabalho específico, assegurando que sua aplicação conte cole todas as raças e modalidades esportivas. Ele sugeriu que a Câmara Setorial atue junto ao MAPA para viabilizar a inclusão de novas categorias no protocolo.

O presidente da câmara de equideocultura, Dr. Nuno Eusébio, trouxe a proposta de cooperação entre Brasil e Portugal na área de identificação animal, utilizando o modelo do passaporte equino português e o Universal Equine Life Number (UELN). Ele destacou o interesse do governo

português em auxiliar na estruturação do sistema brasileiro, com um projeto-piloto em parceria com a Associação Brasileira de Criadores do Cavalo Puro-Sangue Lusitano (ABPSL). O objetivo é que o Brasil possa adotar um sistema integrado de identificação e rastreamento dos equídeos, alinhado às práticas internacionais.

Acerca do Programa de Identificação Única de Equídeos e de emissão de passaportes, o objetivo é criar um sistema nacional padronizado de identificação dos equinos no Brasil, permitindo maior controle sanitário e facilitando a movimentação interestadual e internacional. Atualmente, o Brasil discute a adesão e a implementação do passaporte Equestre, e alguns estados já possuem sistemas semelhantes (como Goiás, DF, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul). A proposta inclui a expansão do número de entidades autorizadas a emitir passaportes equinos, especialmente para cavalos que se enquadram no Protocolo Cavalos High Health High Performance (HHP). Esse passaporte seguiria modelos internacionais reconhecidos, como os da Federação Equestre Internacional (FEI) e da Federação Internacional de Autoridades Hípicas (IFHA), contendo: Registro sanitário detalhado (exames de Mormo, Anemia Infecciosa Equina, Influenza, entre outros). Histórico de movimentação e eventos internacionais nos quais o animal participou. Sistema de identificação digital e rastreamento, incluindo microchip e QR Code para facilitar a conferência por órgãos fiscalizadores.

A Dra. Kalinka Koza da CNA finalizou comentários acerca do passaporte equestre, mencionando que alguns estados já possuem sistemas próprios para emissão de GTA e rastreamento de equinos, como Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul. Entretanto, há divergências nas exigências sanitárias entre estados, especialmente quanto à validade dos exames. A unificação desses critérios é essencial para que o passaporte equestre seja eficiente e beneficie os produtores. A Dra. Kalinka Koza explicou que a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) tem trabalhado ativamente na questão do passaporte equestre e já teve diversas reuniões com o Dr. Bruno Guimarães sobre o tema. Ela ressaltou que existe a oportunidade de integrar o passaporte equestre ao Programa Nacional de Rastreabilidade Bovina e Bubalina, que pretende unificar os sistemas estaduais até 2026. Segundo ela, essa integração pode acelerar o processo e facilitar a adesão ao sistema. A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e a Agrodefesa (órgão de defesa agropecuária de Goiás) manifestaram interesse em contribuir com esse programa.

Acerca do Status do Protocolo Cavalos High Health High Performance (HHP) no Mercosul, mais Comunidade Andina, mais Chile, esse protocolo busca facilitar a movimentação de equinos de alto desempenho entre os países do Mercosul, Comunidade Andina e Chile sem os entraves sanitários comuns. Ele já está consolidado para cavalos de hipismo (FEI) e cavalos de corrida (IFHA), mas o Brasil busca ampliá-lo para outras raças que participam de eventos internacionais.

Foi discutida a importância de ampliar o reconhecimento dos passaportes equinos nacionais para que sejam aceitos nesses países. A integração com sistemas internacionais de rastreabilidade, como o ULN (Universal Equine Life Number), foi sugerida como um passo importante para facilitar a implementação do protocolo no Brasil.

Item 4 da pauta - Grupo de Trabalho Importação/Exportação

Foi debatida a questão da exportação de asininos para a União Europeia, que hoje permite apenas cavalos registrados. O setor defende a ampliação da autorização para incluir todos os equídeos, igualando o Brasil a Argentina e Uruguai.

A Lei nº 15.021/2024 trata do controle de material genético animal e sobre a obtenção e o fornecimento de clones de animais domésticos destinados à produção de interesse zootécnico. Ainda há incertezas quanto à regulamentação da lei e se será necessário um decreto interministerial (envolvendo o Ministério do Meio Ambiente e o MAPA) ou se será um decreto exclusivo do MAPA.

O setor defende que a regulamentação seja feita apenas pelo MAPA, para evitar conflitos com normas ambientais que poderiam restringir a produção animal. Foi sugerida a criação de um Grupo de Trabalho para acompanhar a regulamentação e garantir que os interesses do setor de equideocultura sejam considerados. Faz-se mister haver a definição clara do modelo de regulamentação (se será feita apenas pelo MAPA ou em conjunto com o MMA). Ainda se requer a publicação dos decretos regulamentadores e portarias normativas, bem como a criação de um sistema de controle e fiscalização específico para clonagem e comercialização de material genético equino.

A Lei nº 14.515/2022 institui a Política Nacional de Manejo Sustentável e Bem-Estar de Equídeos, estabelecendo diretrizes para a proteção, uso e manejo adequado dos cavalos no Brasil. O setor equestre pediu mais clareza sobre as normas que serão exigidas para fiscalização e aplicação da lei. Houve o debate sobre como adaptar regulamentos internacionais de bem-estar animal à realidade brasileira. Comentou-se também acerca da discussão sobre a necessidade de integrar normas antidoping e bem-estar animal, principalmente em esportes equestres.

Com relação às questões tributárias na Importação de Animais, o Dr. Nuno Eusébio, presidente da câmara, destacou a necessidade de uma revisão na tributação aplicada à importação de equinos, argumentando que a diferenciação dos impostos poderia impulsionar a melhoria genética da equideocultura brasileira. A proposta é alinhar os tributos brasileiros aos modelos praticados por outros países com forte tradição equestre. A Dra. Kalinka Koza da CNA destacou a necessidade de articulação com as Secretarias de Fazenda estaduais para isentar de tributação o trânsito de equinos para eventos pecuários sem fins comerciais, como já ocorre em alguns estados, como Mato Grosso do Sul. Ela sugeriu que esse tema seja tratado diretamente com os estados para evitar discrepâncias e facilitar a implementação do passaporte equestre.

No item 4.3 da pauta - Houve uma discussão importante relacionada à ampliação do protocolo de trânsito de equídeos para a União Europeia. Durante a fala do Dr. Bruno Guimarães, foi mencionado que a ideia é expandir o sistema de identificação e passaporte sanitário não apenas para cavalos da raça FEI ou de corrida, mas também para outras raças e tipos de equídeos, inclusive asininos.

O presidente Nuno Eusébio destacou a possibilidade de incluir os asininos nesse processo, buscando apoio internacional (como de Portugal) e uma equivalência de passaporte reconhecida internacionalmente. Ainda que não tenha sido explicitamente declarada a “aprovação formal” da inclusão dos asininos para exportação à União Europeia, a transcrição mostra clara intenção e consenso

positivo dos participantes quanto à importância e necessidade dessa inclusão, tratando o tema como parte do avanço para englobar “todos os equídeos”.

Item 5 da pauta - Apresentação dos andamentos feitos acerca da Regulamentação da Lei nº 15.021/2024 e da Lei nº 14.515/2022 (com base no PL 5010/2013)

A Dra. Kalinka Koza da CNA reforçou a importância da regulamentação da Lei nº 15.021/2024 para garantir sua efetividade. Ela destacou que a CNA tem acompanhado de perto a legislação e sugeriu que seja feita uma articulação entre a Câmara Setorial e a Comissão para garantir que as normativas atendam às necessidades do setor.

Concernente ao que falta para a aplicação da Lei nº 14.515/2022, foram feitos comentários que, em suma, visaram explicar que ainda há necessidade da publicação de regulamentações específicas, incluindo normas detalhadas para transporte, manejo e competições. Faz-se mister definir quais órgãos serão responsáveis pela fiscalização e aplicação de sanções.

Item 6 da pauta - Boas Práticas e Antidoping

O Dr. Carlos Nogueira trouxe atualizações sobre os processos de boas práticas e antidoping, além da integração dos trabalhos entre a SDA (Secretaria de Defesa Agropecuária) e a SDI (Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo). A SDA e a SDI estão trabalhando na criação de portarias para regulamentar boas práticas de bem-estar animal nas competições equestres.

Foi mencionada a necessidade de harmonizar as normativas brasileiras com os padrões internacionais de antidoping, especialmente os estabelecidos pela Federação Equestre Internacional (FEI) e pela Federação Internacional de Autoridades Hípicas (IFHA).

A falta de um regulamento específico para controle antidoping em competições nacionais ainda é um entrave. Algumas modalidades equestres possuem regras próprias de antidoping, mas não há uma normativa única e oficial do MAPA que englobe todas as competições no Brasil.

Acerca do Status atual do tema antidoping, foi ressaltado que o MAPA ainda não publicou uma regulamentação definitiva sobre antidoping para todas as modalidades equestres. O Dr. Carlos Nogueira destacou que já houve discussões avançadas sobre criação de um regulamento nacional, mas que ainda não há um texto final pronto para publicação. Houve consenso de que o setor deve trabalhar junto ao MAPA para acelerar a implementação de diretrizes claras e aplicáveis. As portarias de bem-estar ainda não foram publicadas, mas há um rascunho em discussão dentro do MAPA. O Dr. Carlos Nogueira mencionou que o MAPA já possui minutas de portarias sobre bem-estar animal, mas que ainda há pontos pendentes sobre a tramitação e as etapas que devem ser percorridas até a implementação.

Item 7 da pauta - Apresentação de minuta de ofício CCCCN para validação e comentários adicionais

Foi discutida a minuta de ofício da CCCCN (Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional), que será enviada ao MAPA. Os pontos principais envolvem estratégias para fomentar a criação de cavalos no Brasil e os próximos passos para sua implementação.

O Dr. Nuno Eusébio, presidente da Câmara Setorial de Equideocultura, trouxe questionamentos importantes sobre a CCCCN e suas atividades paralisadas. Ele enfatizou a necessidade de reativar a comissão e propôs estratégias para que ela volte a funcionar. A Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCCN) é um órgão que tem o objetivo de: Gerir políticas de fomento à equideocultura nacional. Apoiar programas de desenvolvimento genético e sanidade equina. Gerenciar recursos destinados ao setor, incluindo fundos para pesquisa, exportação e eventos equestres.

Porém, segundo o Dr. Nuno, a CCCCN não está em funcionamento pleno há alguns anos, e não há clareza sobre a destinação de seus recursos ou como ela pode ser reativada.

Questionamentos Levantados no Ofício ao MAPA

O Dr. Nuno propôs que a Câmara Setorial de Equideocultura encaminhe um ofício ao MAPA solicitando esclarecimentos sobre os seguintes pontos:

1. Qual o status atual da CCCCN?
 - a. A comissão está formalmente ativa, mas sem atuação prática.
 - b. Quem são os membros nomeados atualmente?
 - c. Há algum plano interno do MAPA para reativação da comissão?
2. Recursos financeiros e estrutura operacional:
 - a. O fundo da CCCCN ainda existe?
 - b. Se sim, qual o saldo atual e para que ele foi utilizado nos últimos anos?
 - c. Há possibilidade de destinação desses recursos para projetos da Câmara Setorial de Equideocultura?
3. Possibilidade de nova estruturação:
 - a. O que precisa ser feito para reestruturar a CCCCN e torná-la novamente operacional?
 - b. O MAPA poderia nomear novos membros e reativar reuniões?
 - c. A Câmara Setorial poderia atuar junto à CCCCN para agilizar esse processo?

Estratégias Propostas para Reativar a CCCCN

O Dr. Nuno sugeriu algumas ações para que a CCCCN volte a atuar de forma ativa no setor equestre:

- Convocação de reunião com o MAPA para discutir o futuro da CCCCN e entender quais são os entraves burocráticos para seu funcionamento.
- Indicação de novos membros para a comissão, com representantes do setor equestre e do próprio MAPA.
- Definição de um plano de ação para a CCCCN, incluindo a utilização de possíveis recursos disponíveis.

- Possível integração da CCCCN com a Câmara Setorial de Equideocultura, permitindo que os temas tratados na câmara tenham um desdobramento executivo dentro da CCCCN.

Item 8 da pauta - Descredenciamento de Laboratórios pelo MAPA

Foi mencionada uma portaria recente do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Portaria 747/2024, que resultou no descredenciamento de vários laboratórios que realizavam exames essenciais para o setor equestre.

Esse descredenciamento afetou laboratórios que realizam testes para Mormo, Anemia Infecciosa Equina (AIE), Influenza Equina e outros exames necessários para trânsito e exportação de equinos. Um dos principais impactos dessa medida foi a redução da oferta de locais credenciados, dificultando a realização de exames obrigatórios para eventos equestrados e movimentação de animais.

O Dr. Carlos Wayne Nogueira expressou preocupação com a Portaria 747/2024, que proíbe hipódromos e entidades equestres de manterem laboratórios próprios para testes de mormo e anemia infecciosa equina. Ele ressaltou que essa medida pode reduzir a capilaridade dos exames, dificultando o controle sanitário e aumentando os custos operacionais.

Foi ressaltado que a portaria trouxe dificuldades logísticas e aumento de custos, pois muitos criadores e proprietários de equinos agora precisam enviar amostras para laboratórios situados a grandes distâncias. Algumas entidades presentes na reunião sugeriram que o MAPA revise a portaria e adote critérios mais flexíveis para a credenciação dos laboratórios descredenciados.

DELIBERAÇÕES DO PLENÁRIO DA CÂMARA:

Encaminhamentos	Órgão Demandado	Ação	Responsável	Prazo Esperado
1. Foi sugerido pelo presidente da Câmara de Equideocultura, Nuno Eusébio, a criação de um Grupo de Trabalho para tratar da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCN).	Câmara Setorial de Equideocultura	A criação desse GT visa aprofundar a regulamentação da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCN).	Coordenador: Dr. Allan Guerra Participantes: José Carlos Pires	A partir da criação tem lapso temporal de 1 ano.
2. O Dr. Nuno propôs que a Câmara Setorial de Equideocultura encaminhe um ofício ao MAPA, solicitando esclarecimentos sobre Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCN).	Câmara Setorial de Equideocultura	Formalizar ofício ao MAPA para garantir que o setor tenha participação ativa na formulação das políticas públicas, especialmente com relação à CCCN. Questionando os critérios e regras para a movimentação dos recursos do fundo federal agropecuário. Foi solicitado um detalhamento financeiro sobre os valores arrecadados	Presidente Dr. Nuno Eusébio Consultor Dr. Carlos Nogueira	Até a próxima reunião 09/04/2025

		e redirecionados nos últimos anos.		
3. Solicitação de ofício ao Diretor do CGTQA.	CGTQA/MAPA	Para tratar de questões relacionadas a importação/exportação de equinos.	Presidente Dr. Nuno Eusébio. Consultor Dr. Carlos Nogueira.	Até a próxima reunião 09/04/2025
4. Elaboração de ofício sobre acordos bilaterais.		O ofício tem como objetivo buscar a cooperação internacional na identificação e trânsito de equinos.	Dr. Nuno Eusébio, Dra. Kalinka Koza Dr. Carlos Nogueira	Até a próxima reunião 09/04/2025
5. Ofício sobre a regulamentação do passaporte equino.		Solicitando que o MAPA oficialize diretrizes para a implementação do passaporte equino, alinhado com práticas internacionais e o sistema português.	Presidente Dr. Nuno Eusébio. Consultor Dr. Carlos Nogueira.	Até a próxima reunião 09/04/2025

Informa-se que a reunião ordinária foi gravada e arquivada nesta Coordenação-Geral. A presente memória teve como escopo abordar de modo sucinto as apresentações, discussões e deliberações. Os documentos tratados na reunião, que forem disponibilizados pelos palestrantes, serão publicados no site das Câmaras: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas>

APROVAM ESTA MEMÓRIA OS SEGUINTE MEMBROS DA CÂMARA SETORIAL:

Nome	Assinatura
Presidente: Nuno Miguel Gomes da Costa Brito Eusébio	
Secretário: Rogerio Ferreira do Nascimento Paula	
Consultor: Carlos Eduardo Wayne Nogueira	